



TRABALHO PRECARIZADO, NÃO!

QUEREMOS CONSCIÊNCIA HISTÓRICA
NO ENSINO DE HISTÓRIA

Francisco Carlos Polidoro
Marcelo Durão Rodrigues Da Cunha

REITOR
Jadir Jose Pela

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
André Romero da Silva

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Renato Tannure Rotta de Almeida

PRÓ-REITORA DE ENSINO
Adriana Piontkovsky de Barcellos

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
Lezi José Ferreira

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Luciano de Oliveira Toledo

DIRETOR GERAL
Hudson Luiz Côgo

DIRETOR DE ENSINO
Luciano Lessa Lorenzoni

DIRETOR DE EXTENSÃO
Telma Carolina Smith

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
Roseni da Costa Silva Pratti

DIRETOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
André Gustavo de Sousa Galdino

COORDENADOR DO PPGEH
Nelson Martinelli Filho

REALIZAÇÃO

IFES - *Campus Vitória*.
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades.

Copyright @ 2024 by Instituto Federal do Espírito Santo.
Todos os direitos reservados.
É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte.

Conteúdo dos textos: responsabilidade exclusiva dos autores.
Capa, projeto gráfico e diagramação: Edjalma Nepomoceno Pina.
Imagens da capa: à esquerda a pintura *Café*, de Candido Portinari (1940), ao centro uma ilustração de autor desconhecido e à direita fotografia em domínio público de um entregador de comida.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

P766t Polidoro, Francisco Carlos.

Trabalho precarizado, não! Queremos ensino de história com consciência histórica de classe [recurso eletrônico] / Francisco Carlos Polidoro e Marcelo Durão Rodrigues Da Cunha. – 1. ed. - Vitória : Instituto Federal do Espírito Santo, 2024.
33 p: il. ; 30 cm.

ISBN: 978-85-8263-925-2 (E-book)

1. Consciência de classe - Educação de jovens e adultos. 2. Consciência - História. 3. Relações trabalhistas. 4. História (Primeiro grau) - Estudo e ensino. 5. Professores – Formação. 6. Humanidades. I. Cunha, Marcelo Durão Rodrigues da. II. Instituto Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 21 – 374.981

Elaborada por Wagner Ayrão de Castro – CRB-6/ES – 1.005



Dados da ficha técnica do produto

Nível de Ensino: Educação Básica Modalidade de ensino da EJA (Educação de Jovens e Adultos);

Área de Conhecimento: Ensino;

Público-Alvo: Alunos e Alunas da modalidade ensino médio da EJA;

Categoria deste produto: Livro paradidático;

Finalidade: Auxiliar professores(as) no ensino da disciplina de História;

Organização formal do Produto: o produto foi organizado em seções e subseções com ilustrações;

Registro de Propriedade Intelectual: Ficha Catalográfica com ISBN (E-book) e Licença Creative Commons (Educapes);

Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros;

Divulgação: Meio digital;

Processo de Validação: Validado na banca de defesa da dissertação *Trabalho precarizado no Brasil: a importância do fomento da consciência histórica no ensino de história na educação de jovens e adultos*;

Impacto: Alto. Produto elaborado a partir das necessidades dos(as) alunos(as) da educação básica modalidade EJA, com o objetivo de proporcionar outras possibilidades de ensino;

Inovação: Alto teor inovativo. O produto apresenta dados que ainda não tinham sido catalogados em nenhum outro material pedagógico do sistema de ensino local;

Origem do Produto: Trabalho de dissertação;

Agradecimentos: ao PPGEH e aos(as) Professores(as) e colegas mestrandos(as). Agradecemos à FAPES pelo financiamento deste trabalho através do Edital Universal Nº 28/2022, Projeto de Pesquisa 988/2023.

Produto disponível em:

No site do PPGEH

<https://ppgeh.vitoria.ifes.edu.br/>

No repositório Educapes

<https://repositorio.ifes.edu.br/>

no site do Gepech

<https://gepech.wordpress.com>

Autores



Francisco Carlos Polidoro

Mestre em Ensino da Humanidades (PPGEH-IFES). Especialista em Gestão de Políticas em Gênero e Raça (UFES, 2012) e licenciado em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Colatina (1999). Professor da rede pública estadual e da rede municipal do município de Piúma/ES.

Contato: polidoro.francisco@gmail.com



Marcelo Durão Rodrigues Da Cunha

É professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES-Campus Guarapari) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH-IFES). Bolsista Produtividade - BPC FAPES 553/2023 P 2023-H7CC3.

Contato: marcelo.cunha@ifes.edu.br

“A história é um profeta com o olhar voltado para trás...”

Eduardo Galeano



Apresentação

Este e-Book faz parte do trabalho final da dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vitória/ES, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Humanidades. O título da dissertação original é “Trabalho Precarizado no Brasil: a Importância do Fomento da Consciência Histórica no Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos”.

O conteúdo aqui apresentado visa contribuir para uma reflexão sobre os direitos dos(as) trabalhadores(as) em meio à crescente precarização do trabalho. Nosso material se concentra na exploração de conceitos como *consciência histórica*, *consciência de classe* e *trabalho precarizado*, buscando promover uma nova compreensão do papel do trabalho e da luta por direitos trabalhistas no contexto do século XXI. Além disso, ao fornecer orientações sobre os direitos trabalhistas no Brasil contemporâneo, nosso material pretende servir como um guia historicamente fundamentado, oferecendo referências para a resistência contra a precarização do trabalho na atualidade.

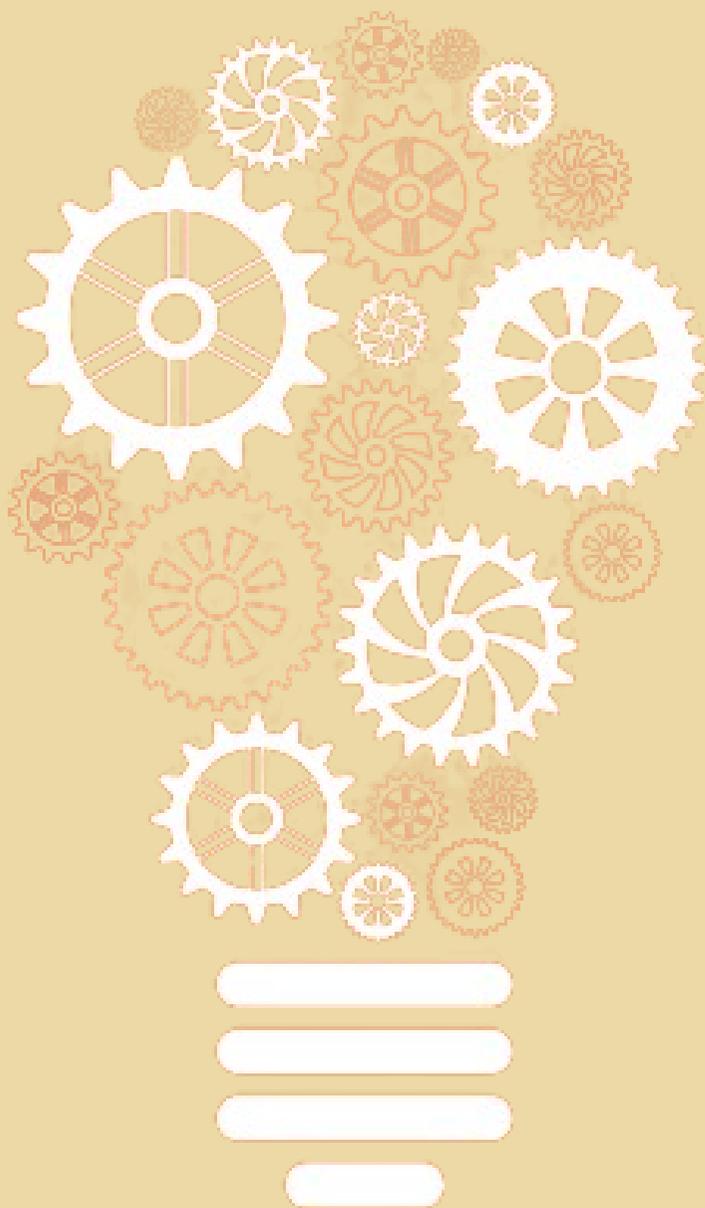
Acreditamos que o ensino da história é fundamental para uma compreensão mais profunda da realidade em que vivemos. Entendemos que essa realidade é complexa e que há possibilidades reais de lutar contra a opressão e a injustiça infligidas às pessoas mais humildes.

Mesmo diante de dificuldades e obstáculos na busca pelos direitos sociais e pelo pleno exercício da cidadania, é essencial reconhecermos essas potenciais possibilidades de mudança.

Esperamos que a leitura proporcione uma experiência enriquecedora e instigue sua reflexão sobre o ensino da História. Que este seja o ponto de partida para uma nova abordagem, levando-o (a) ao questionamento constante em busca de respostas ao longo da trajetória histórica do mundo das relações trabalhistas. Que estejamos comprometidos com a luta pela construção de um mundo mais justo, fundamentado na liberdade e no humanismo. Desejamos uma excelente leitura e bons estudos!



SUMÁRIO



Introdução.....	9
Capítulo I: A consciência histórica.....	10
1.1 Por que precisamos de consciência histórica?	
1.2 Para que serve a consciência histórica?	
Capítulo II: A consciência de classe.....	13
2.1 O que significa ter consciência de classe?	
2.2 Quem precisa de consciência de classe?	
2.3 Pensar a nossa realidade: o que é ter consciência de classe na América Latina?	
Capítulo III: Trabalho precarizado.....	18
3.1 O que é isto?	
3.2 Como surgiu a precarização das relações de trabalho?	
3.3 É possível não haver trabalho precarizado?	
Capítulo IV: Por que estudar História?.....	23
4.1 A educação libertadora à serviço da conscientização	
Capítulo V: Proposta pedagógica didática.....	26
Capítulo VI: Atividades - Oficina de História.....	30
Criar um jornal sobre o tema estudado	
Produção de texto – exercício crítico-reflexivo	
Refletindo a partir da letra da música	
Capítulo VII: Considerações finais.....	32
Referências.....	33

Introdução

Não é raro encontrar, tanto nas redes sociais quanto em debates formais e informais, comentários sobre a baixa qualidade de diversas ocupações e postos de trabalho disponíveis para os trabalhadores e as trabalhadoras nos últimos anos. Diante de algumas ofertas de emprego nada animadoras, tornaram-se comuns debates sobre a possibilidade ou não de se aceitarem baixos salários, longas jornadas e a ausência total ou parcial de direitos trabalhistas.

Além disso, em tempos de polarização e de recrudescimento do extremismo político, normalizaram-se acusações de despolitização, de falta de conhecimento histórico ou mesmo de uma suposta “falta de consciência de classe” entre aqueles que, seja por necessidade ou alienação, submetem-se a essa lógica de precarização das relações trabalhistas. Mas qual é o significado fundamental desse conceito e o que exatamente implica “ter consciência de classe” no século XXI? Além disso, seria pertinente questionar: é ainda possível cultivar a consciência de classe diante de fenômenos como a uberização e a precarização do trabalho, tanto no Brasil quanto no exterior?

Dada a importância e atualidade desse tema, as próximas páginas deste eBook buscam estabelecer uma conexão entre o conceito de consciência histórica e a consciência de classe do(a) trabalhador(a) diante da possibilidade de se debater o tema da

precarização do trabalho no Brasil. Nosso objetivo é promover uma aprendizagem crítico-reflexiva entre os leitores(as), propiciando meios para uma intervenção pedagógica no ensino da disciplina de história. Acreditamos que é possível desfazer qualquer forma de submissão por parte do(a) trabalhador(a), proporcionando condições para que os(as) leitores(as) deste material desenvolvam uma reflexão crítica sobre as condições históricas das relações de trabalho.



O que é Consciência Histórica?

Você sabia que cada pessoa tem sua própria história e consciência histórica? Não? Então aproveite a leitura que estamos começando. Lembre-se de que o ato de ler sobre a consciência já é uma iniciativa consciente.

Bem, se todos temos uma história, é importante refletir a partir dela para formar uma consciência histórica que promova o pensamento crítico e reflexivo. Observe: você pensa, sente e vive em família, dentro de uma sociedade regida por um governo e suas leis. Além disso, você depende do trabalho e, de acordo com suas condições econômicas, pertence a uma classe social específica.

Portanto, é essencial compreender como nossa sociedade está estruturada para aprender a refletir sobre nossos pensamentos, nossa governança, as razões por trás dela, nossas relações de trabalho e seus propósitos, bem como nossas interações sociais visando ao bem-estar justo de todos.

Para isso, vamos nos basear nas contribuições dos estudiosos da história. Existem muitas pessoas que pensam, refletem e escrevem sobre a consciência histórica, então não vamos apresentar aqui uma ideia inventada, mas sim, um pensamento embasado em estudos e pesquisas, visando construir



conhecimentos que contribuem para uma compreensão crítica do presente e para as futuras gerações.

Optamos por ter como nossa fonte inspiradora o historiador alemão Jörn Rüsen, nascido em 1938. Suas reflexões teóricas sobre a interpretação do tempo histórico serão valiosas para compreendermos a importância de nossa consciência histórica. De acordo com Rüsen (2015), nossa consciência histórica se baseia nas experiências do passado em constante diálogo com o presente. Ele argumenta que o passado nos ajuda a compreender a realidade vivida para entendermos o presente. Parece complicado? De jeito nenhum! Ele nos explica que nossas experiências passadas são acumulativas, formando a base da nossa vida prática. Dessa forma, quando refletimos sobre as experiências passadas a partir do presente, elas nos auxiliam a compreender o momento atual. Portanto, o que Rüsen nos diz é que nosso passado tem significado e contribui muito para orientar nossa vida prática presente.



1.1. Por que precisamos de Consciência Histórica?

Certamente somos seres pensantes, certo? Portanto, possuímos a capacidade de refletir e agir diante de tudo e todos ao nosso redor. Nesse sentido, é crucial compreender que a consciência histórica desempenha um papel fundamental na compreensão da dinâmica temporal, abarcando passado, presente e futuro.

Ao olharmos para o passado, nos deparamos com uma série de acontecimentos que marcaram nossas vidas, como a realização

de um sonho, a destruição de uma esperança, a contratação no primeiro emprego ou a dispensa sem uma clara motivação. Cada um desses eventos históricos deixa sua marca em nossa trajetória e contribui para nossa reflexão.

Diante desses acontecimentos, experimentamos tanto alegrias quanto tristezas, sendo compelidos, naquele momento, a prosseguir com a lembrança daquela experiência. Agora, no presente, ao olharmos para esse passado, podemos refletir sobre suas causas e consequências em nossas vidas atuais. Assim, ao desenvolvermos nossa consciência histórica, somos capazes de utilizar essas experiências passadas como orientação para as ações que devemos tomar no presente.

Portanto, por meio da formação da consciência histórica, podemos exercitar um olhar crítico sobre o presente, buscando nos atos vividos ou praticados no passado a sabedoria necessária para orientar nossas ações no presente.



1.2. PARA QUE SERVE A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA?

A consciência histórica desempenha um papel fundamental em nossa compreensão da realidade, permitindo-nos entender não apenas o que foi dito em determinado momento histórico, mas também quem o disse, para quem foi dito e com que propósito. Daí a importância da relação entre o passado, a memória e a capacidade humana de narrar nossas experiências com o tempo.

Então, a narrativa histórica é como as pessoas contam o que aconteceu no passado. É como uma história que nos ajuda

a entender o que aconteceu antes e a aprender com essas experiências para seguir em frente. Através das histórias que as pessoas contam no dia a dia, elas dão sentido ao que aconteceu, criam uma identidade e nos mostram como agir em diferentes momentos da história e em diferentes lugares.

Para o historiador Jörn Rüsen, a narrativa histórica é importante por três motivos principais. Primeiro, nos ajuda a lembrar o que aconteceu no passado para entender o presente. Segundo, nos mostra como as coisas mudaram ao longo do tempo. E por último, nos ajuda a pensar criticamente sobre o futuro, usando o passado como base.

É importante ter consciência histórica, ou seja, entender que as histórias que ouvimos foram contadas por alguém em algum momento e têm um propósito. Assim, podemos interpretar melhor o que foi dito e aprender com isso.



A Consciência de Classe

2.1. O que é ter consciência de classe?

Para reiniciarmos nossa conversa, é essencial apresentarmos Karl Marx, o filósofo e economista que viveu de 1818 a 1883 e faleceu aos 65 anos em Londres, na Grã-Bretanha. Suas ideias foram fundamentais para despertar a consciência de classe entre os(as) trabalhadores(as) ao redor do mundo. Em uma frase admirável proferida por volta de 1848, Marx clamou em Londres: ‘Proletários de todos os países, uni-vos.’

Sua morte não significou o fim de sua teoria; pelo contrário, suas ideias se espalharam globalmente como o marxismo, sustentando que o desenvolvimento de toda sociedade ocorre por meio da luta de classes. Esse conflito histórico se manifesta entre os proprietários dos meios de produção - como terra, gado, ferramentas, fábricas, bancos, mercadorias e comércio - e a classe trabalhadora, que possui apenas sua força de trabalho e é compelida a vendê-la aos proprietários em troca de um salário mínimo para sua subsistência.

Diante dessa complexa dinâmica, Marx esclareceu que a burguesia ascendeu ao poder na Europa devido à sua aquisição de uma coisa chamada “consciência de classe”. Isso implicava a consciência de que ela, enquanto grupo, possuía interesses

materiais que a uniam e a antagonizavam em relação aos interesses da antiga classe senhorial feudal e aristocrática, que havia dominado a sociedade, a cultura e a política europeias durante toda a Idade Média. A burguesia percebeu sua posição como classe com interesses próprios e iniciou uma série de revoluções, como as Revoluções Inglesas do século XVII e a Revolução Francesa de 1789, que a conduziram ao poder. Esses eventos marcaram o surgimento do capitalismo como um novo modo de produção e sistema econômico.

Segundo Marx, “toda a história da humanidade tem sido a história da luta de classes”. Assim, no contexto do capitalismo, um novo antagonismo de classes emergiu entre burgueses (a nova classe de proprietários) e proletários (um novo grupo de trabalhadores(as) que dependiam unicamente de sua força de trabalho).

Com a Revolução Industrial, o proletariado se tornou a classe mais numerosa em todo o mundo, sendo explorado principalmente nas fábricas das grandes cidades. Para Marx, seria impensável conceber o capitalismo sem a técnica, especialização e trabalho árduo dos trabalhadores fabris. Se na Idade Média o trabalho da burguesia sustentava os privilégios da nobreza feudal, clerical e aristocrática, no capitalismo era o trabalho dos proletários que mantinha a base da riqueza burguesa.

No entanto, enquanto a burguesia adquiriu uma consciência de classe e ascendeu ao poder, o proletariado enfrentou obstáculos para desenvolver sua própria consciência de classe e iniciar sua revolução. Marx argumentou que isso se devia

à influência da “ideologia”. A burguesia, além de controlar os meios de produção, buscava dominar também as mentes e os corações dos trabalhadores. Assim, a burguesia se apropria não apenas dos meios de produção, mas também dos meios de comunicação, das editoras, das igrejas, das instituições estatais e de tudo que produzisse informações sobre o funcionamento do sistema capitalista.

Os jornais e o poder estatal, portanto, naturalizaram o capitalismo, maquiando a exploração de classes e os reais interesses do proletariado. Essa falsa consciência, que Marx denominou de “ideologia”, levou muitos trabalhadores a internalizarem os valores burgueses e defenderem a manutenção do sistema capitalista.

Para Marx, as próprias condições de exploração, com o capitalismo tornando-se cada vez mais implacável, levariam os trabalhadores a contestar a ideologia dominante.

Ao sentirem na pele as consequências da dominação, os trabalhadores iniciariam um processo de desnaturalização, crítica e derrubada do sistema capitalista, desenvolvendo assim sua própria consciência de classe. No entanto, Marx ressaltou a importância de os trabalhadores compreenderem o caráter histórico e mutável do capitalismo antes de alcançarem essa consciência de classe. Mas será que isso ocorreu de fato? Afinal, o que impediu a classe trabalhadora de adquirir essa consciência histórica e de classe? O que a impediu de desnaturalizar a ideologia burguesa? Essas questões permaneceram centrais nas análises de Marx sobre a luta de classes e a transformação social.

2.2. Quem precisa de consciência de classe?

Para a teoria de Karl Marx, a “consciência de classe” ajuda os trabalhadores a entenderem suas condições sociais e seu papel na sociedade. Na sociedade capitalista, há duas classes principais: a classe dominante (burguesia) e a classe dominada (proletariado). Essas classes têm interesses diferentes.

Segundo Marx, a consciência de classe surge quando os trabalhadores percebem a exploração e opressão que sofrem. Essa percepção é um processo gradual. Quando os trabalhadores entendem sua situação, eles podem se organizar e lutar por melhores condições de trabalho. Os sindicatos e os partidos políticos são meios importantes para essas lutas.

Portanto, quando os trabalhadores reconhecem que estão sendo explorados e começam a perceber a desigualdade e a indiferença da classe burguesa, eles se unem para defender seus interesses comuns. Marx acreditava que essa união e luta eram necessárias para que os trabalhadores pudessem ganhar respeito e melhorar suas condições de vida na sociedade capitalista.

Marx disse: “Proletários de todos os países, uni-vos” ou “trabalhadores do mundo, uni-vos”. Podemos adaptar essa frase para a nossa realidade e dizer: “Trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil, uni-vos”. A união é importante para garantir respeito nas relações de trabalho e para construir uma vida digna, com alimentação, saúde, educação, moradia, segurança e lazer.

Se é tão importante a união dos trabalhadores e trabalhadoras, o que impede a classe trabalhadora de adquirir a consciência histórica de classe?

Vamos, portanto, pensar um pouco sobre a realidade da classe trabalhadora e as dificuldades que muitos os(as) trabalhadores(as) vivenciam. Muitas pessoas não têm acesso a uma educação de qualidade ou a informações que ajudem a entender as condições

Seu nível de consciência de classe é baixo!



Imagem disponível em: <https://www.facebook.comsociologiaillustrada>

de trabalho e a exploração que sofrem. Muitas vezes, o sistema educacional não incentiva o pensamento crítico ou a análise das estruturas sociais. Sem essa educação, os(as) trabalhadores(as) não questionam o poder de dominação da classe burguesa.

A classe dominante – a burguesia – controla as instituições culturais, como a grande imprensa, a educação, que moldam as ideias e valores da sociedade de acordo com seus interesses de dominação. Há um controle social exercido pelas propagandas influenciadoras da imprensa brasileira, que levam as pessoas a acreditarem que a situação em que vivem é normal ou que a culpa é delas mesmas, e não do sistema econômico capitalista.

Junta-se a esta situação o tempo excessivo no trabalho, ou seja, a sobrecarga da rotina cotidiana, longas e exaustivas jornadas que acarretam a falta de tempo e consumo de energia física, o que contribui para a falta interesse para refletir sobre a situação de exploração e energia a luta organizada pelos direitos sociais, tais como: a educação, a saúde, a alimentação, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a assistência aos desamparados.

Somado a tudo isto ainda temos o medo da repressão imposta pelos Governos e patrões com o uso da violência e ameaças àqueles que lutam e buscam se organizarem em defesa dos seus direitos. Governos e patrões praticam a política do incentivo e da promoção da cultura do individualismo, fazendo com que trabalhadores(as) pensem mais em si mesmos do que no bem-estar coletivo, o que dificulta a formação de uma consciência coletiva de classe.

Há outro fator de impedimento da tomada de consciência muito presente nas relações de produção capitalista, o incentivo ao consumismo. A cultura do consumismo faz com que muitos(as) os(as) trabalhadores(as) passem a valorizar a aquisição de bens materiais sem o exercício de reflexão da necessidade ou da importância daquele bem material para a sua vida.

Tudo isto contribui para um processo de alienação da classe trabalhadora, que é levada a não acreditar e não perceber o valor do seu trabalho na produção de riqueza na sociedade. Portanto, superar essas barreiras é fundamental para que a classe trabalhadora desenvolva uma consciência de classe, que possibilite, a organização classista para lutar por seus direitos e por uma sociedade do trabalho mais justa e igualitária. Para tanto é necessário a promoção da educação crítica, que contribua para o fortalecimento da solidariedade e a organização coletiva para a reflexão e a discussão sobre as reais condições sociais e econômicas em que a classe trabalhadora está mergulhada.



Imagem disponível em: <<https://acasadevidro.com/lutadeclasses/>>.



2.3. Pensar a nossa realidade: o que é ter consciência de classe na América Latina?

Se as origens da ideia de consciência de classe se situam na Europa do século XIX, esse tema também encontrou bastante reverberação em nosso país e no subcontinente latino-americano como um todo. O materialismo histórico-dialético europeu encontrou repercussão na sociedade e no pensamento de vários movimentos sociais e autores da América Latina, principalmente em autores precursores, como José Carlos Mariátegui (1894-1930) e Caio Prado Jr (1907-1990).

Devido às diferenças históricas e sociais em relação ao Velho Mundo, a classe trabalhadora da América Latina precisou pensar a luta de classes levando em consideração elementos específicos da história local. Entre esses elementos, destacam-se o colonialismo, o extermínio e subjugação das populações indígenas, os efeitos da escravidão, a perpetuação das desigualdades sociais e a dependência econômica.

José Carlos Mariátegui, um dos pioneiros no estudo da consciência de classe na América Latina, tornou a reflexão sobre as classes indissociável do protagonismo dos indígenas e de suas relações com a terra (Mariátegui, 1928). Já Caio Prado Jr. conferiu centralidade à indissociabilidade entre a consciência de classe e o “sentido da colonização” (Prado Júnior, 1942), argumentando que a colonização moldou profundamente as estruturas sociais e econômicas do Brasil.

Florestan Fernandes (1964) destacou como é impossível

interpretar a sociedade de classes no Brasil sem o entendimento da questão racial, ressaltando que a herança da escravidão continua a influenciar as desigualdades sociais no país. Além disso, Ruy Mauro Marini (1973) e Theotônio dos Santos (1978) apontaram que a conscientização dos trabalhadores não é possível sem uma compreensão dos elos entre a desigualdade e a dependência das periferias em relação aos centros econômicos do mundo capitalista globalizado.

Assim, a consciência de classe na América Latina é profundamente moldada pelas particularidades de sua história, onde a luta de classes é inseparável das questões de raça, colonização, e dependência econômica. Essas reflexões mostram a necessidade de um entendimento contextualizado e específico da realidade latino-americana para a construção de uma verdadeira consciência de classe.



Trabalho precarizado

3.1 - O que é isto?



Para exemplificar um trabalho precarizado vamos imaginar a seguinte realidade: um jovem com uma mochila de entrega do aplicativo *ifood*¹ em uma bicicleta alugada, também de um aplicativo, em um percurso acelerado – na crença de que quanto mais entregas fizer maiores serão os seus ganhos. Outro exemplo que nos ajudar a ilustrar o trabalho precarizado, no Brasil, é a realidade dos motoristas de aplicativo Uber, na sua maioria são trabalhadores e trabalhadoras que são levados a acreditarem nas propagandas de incentivos do aplicativo Uber: “dirija quando quiser e ganhe de acordo com suas necessidades”, porém na prática trabalham em média 50 horas semanais e com certeza não ganham o suficiente para suas necessidades de sobrevivência.

Aqui é importante percebermos que estes trabalhadores e trabalhadoras, na grande maioria, não estão assegurados pelos benefícios da previdência social, sendo, portanto,

¹ iFood é uma empresa brasileira atuante no ramo de entrega de refeição por meio da internet, sendo líder no setor na América Latina, com presença apenas no Brasil. Fundada em 201. Atualmente, o iFood detém 83% do mercado de delivery de refeições no Brasil. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/iFood>. Acesso em 24/07/2023.

trabalhadores(as) precários(as), que vivenciam uma relação de trabalho incerta, instável, insegura, provisória.

A realidade da precarização do trabalho não se limita aos exemplos ilustrativos aqui apresentados. Atualmente, várias atividades impõem aos(as) trabalhadores(as) condições trabalhistas precárias. Vamos entender como surgiu essa precarização do trabalho.



Fonte: <https://www.sinposba.org.br/index.php>



3.2. Como surgiu a precarização das relações de trabalho?

Os ricos não geram riquezas. Os ricos guardam a riqueza. Por isso são ricos. Se os ricos gerassem riqueza, seriam chamados de trabalhadores.

Karl Marx

A partir da segunda metade do século XX, a nova divisão social do trabalho e a organização das tarefas e funções entre as pessoas

Trabalho precarizado, não! Queremos consciência histórica no ensino de história

em uma sociedade passaram a se caracterizar pela precarização das relações de trabalho. Isso significa que o trabalho cotidiano de cada pessoa, assegurado pelas relações contratuais, sofreu um retrocesso nas conquistas sociais do direito do trabalho em benefício de uma versão mais individualista do capitalismo. Essa espécie de “atualização” do sistema, conhecida como neoliberalismo, ficou marcada pela intensificação da exploração e pela diminuição das garantias e direitos dos trabalhadores.

No presente, o que temos é a constante prática da informalização do trabalho, caracterizada pela subcontratação e pelos empregos temporários. Essa tendência cria milhares de vagas de trabalho temporárias, instáveis e informais, eliminando contratos formais, gerando instabilidade e insegurança para os trabalhadores, afastando-os de seus direitos trabalhistas e inculcando nos próprios trabalhadores a culpa por seu “fracasso”.

Assim, fica claro que o processo de precarização das relações e das condições de trabalho, gerado dentro do capitalismo tardio, tem o objetivo de alimentar o sistema neoliberal, extraindo mais benefícios para o capital e oferecendo menos direitos aos trabalhadores. O desejo do capitalismo neoliberal é transformar a classe trabalhadora em algo cada vez mais comercializável, precarizando os direitos trabalhistas para flexibilizar e baratear a força de trabalho disponível. Mas como isso foi possível? Precisamos refletir um pouco mais sobre esse processo.

No Brasil, a partir da aprovação da reforma trabalhista em 2017, deu-se início a um processo específico de desestabilização conjuntural do trabalho. Baseada em premissas neoliberais, essa mudança

possibilitou o trabalho sem vínculos formais, sem seguridade social e segurança estável, aumentando o desemprego e intensificando a precarização do trabalho em atividades informais, sem carteira de trabalho assinada. Essa realidade contribui para o aumento do desemprego entre a classe trabalhadora menos qualificada ou sem oportunidade de se qualificar.

REFORMA TRABALHISTA	
PACOTE DE MALDADES CONTRA O TRABALHADOR CONFIRA O QUE MUDA:	
ANTES	DEPOIS
Intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 (uma) hora 	Intervalo para repouso e alimentação poderá ser de 30 minutos .
Salário inferior ao mínimo apenas para quem trabalha até 25 horas por semana. 	Salário inferior ao mínimo para quem trabalha até 30 horas por semana.
Férias anuais concedidas normalmente em um só período de trinta dias . 	Férias anuais em até três períodos , com remuneração também proporcional.
Terceirização: permitida apenas para atividades-meio (que não são as primordiais da empresa). 	Permitida para qualquer atividade, incluindo atividade fim.
Jornada de trabalho limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais. 	Jornada de trabalho diária e semanal sem qualquer limite.
Trabalho remoto segue as mesmas regras do realizado na empresa: salários, jornada, descanso, etc. 	Possibilita o trabalho remoto sem garantias.

Imagem disponível em: <http://sindcomjuazeiro.com.br/site/2018/10/31/os-impactos-da-reforma-trabalhista-nas-negociacoes-coletivas/>.

Estamos na era do capitalismo global da economia neoliberal, que objetiva o acúmulo de riquezas desprezando as relações trabalhistas, contribuindo para o processo de terceirização, desregulação e flexibilização. Isso leva ao aumento da

informalidade, à instabilidade no emprego, à baixa remuneração, a prolongadas jornadas de trabalho e ao fim do regime salarial. Segundo o sociólogo Fabrício Maciel, as péssimas condições de trabalho afastam os trabalhadores da dignidade humana, ao expô-los a condições fisicamente exaustivas e ameaçando sua preservação física e moral. Além disso, esses(as) trabalhadores(as) enfrentam condições de instabilidade e vulnerabilidade material, devido à ausência de um vínculo empregatício estável e um salário fixo.

É importante destacar que um fator que contribui para a instabilidade do emprego é o nível de instrução. Quanto mais baixo o grau de escolaridade, maior a prática do trabalho informal e, portanto, precário. As pessoas que trabalham na informalidade não ganham o suficiente para sustentar a si mesmas e suas famílias, gerando uma maior incidência de pobreza e exclusão do sistema de proteção social nesse grupo.

Para o professor e sociólogo Jessé Souza (2018), é possível considerar que o conjunto de pessoas levadas à informalidade, seja pela perda de direitos trabalhistas, baixa escolaridade ou desemprego, passa a ver a atividade de trabalho informal como um meio possível de sobrevivência, capaz de gerar a renda mínima necessária para seu sustento. No entanto, essa situação não é verdadeira, pois a atividade de trabalho informal não possui regulamentação e a renda gerada não é suficiente para garantir um padrão mínimo necessário para a sobrevivência desses trabalhadores. Portanto, não se deve criar a ilusão de que a informalidade é uma oportunidade de trabalho que possibilita a igualdade.



3.3. É possível que não haja mais trabalho precarizado?

Acreditamos que sim! Para isso, caro leitor e leitora, precisamos lutar por um processo educacional emancipatório que contribua para a formação de pessoas com uma consciência histórica de classe crítica e reflexiva. Esse processo deve ser orientado para o exercício da luta em defesa do direito ao trabalho digno, com igualdade de oportunidades e amparo em uma legislação trabalhista segura e saudável, que preserve a geração de uma renda mínima necessária para a sobrevivência da classe trabalhadora.

Daí a importância da valorização da educação democrática e emancipadora, que contribua para a socialização do conhecimento, possibilitando a todos e todas a formação de uma consciência sobre a importância da dignidade dos(as) trabalhadores(as) para a defesa dos direitos de acesso ao mercado de trabalho em condições de igualdade e oportunidade.

Portanto, precisamos lutar a favor de uma educação inclusiva, que promova melhores condições e oportunidades no mercado de trabalho. Uma educação libertadora, voltada para a produção do conhecimento histórico, visa à constituição do pleno direito ao exercício da cidadania, centrada no direito à vida, à liberdade de opinião e expressão, à igualdade, à dignidade e ao direito ao trabalho e à educação.

Denuncie o Trabalho Precarizado

Você presenciou situações de precarização, descumprimento de leis ou mesmo de trabalho análogo à escravidão? Não hesite em utilizar o serviço de denúncias do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal.

O serviço possibilita aos trabalhadores registrarem denúncias trabalhistas de forma ágil e fácil. Os dados pessoais informados ao registrar uma denúncia são sigilosos e não serão divulgados no curso de uma possível fiscalização.

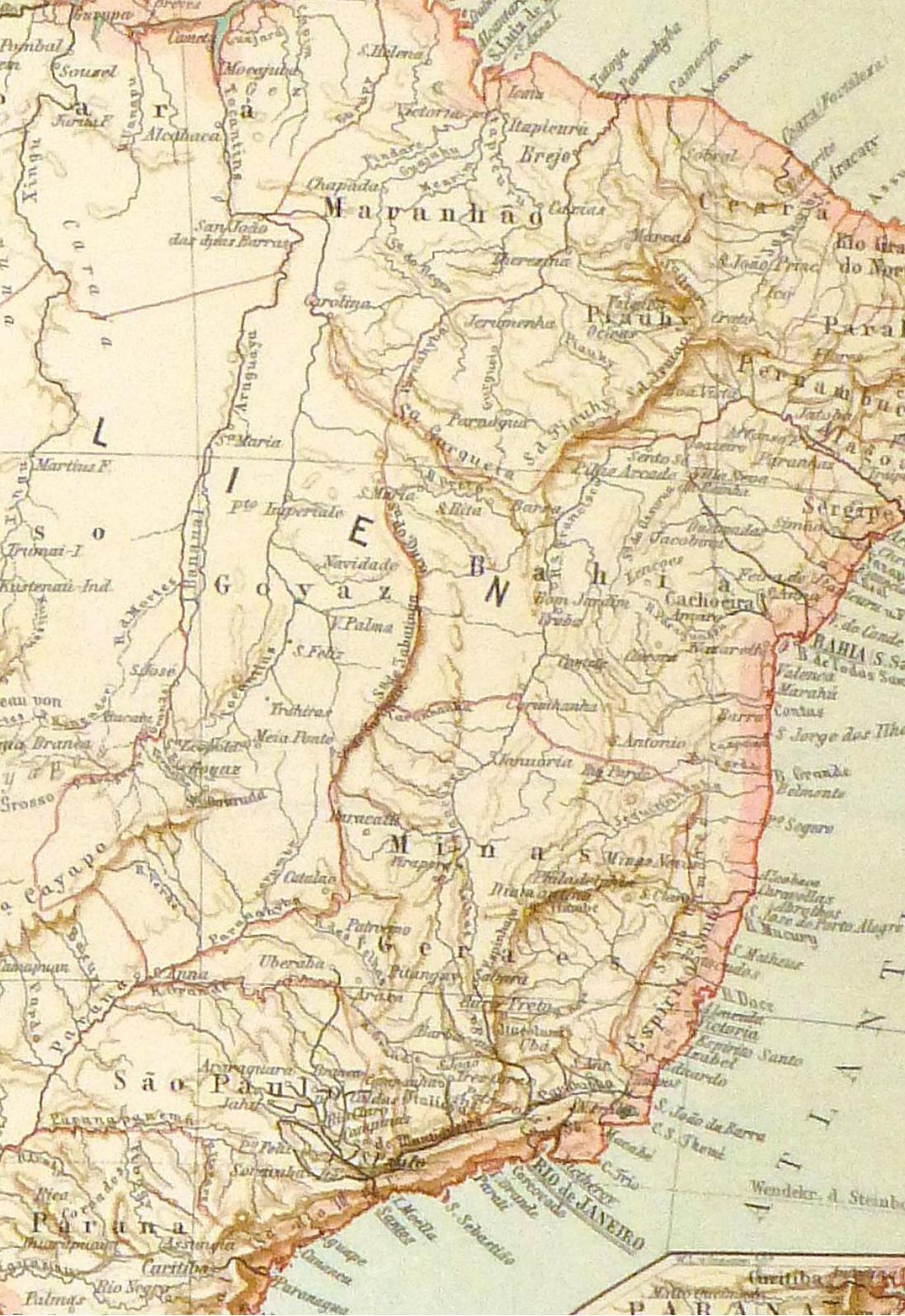
Acesse a plataforma através do QR code abaixo:



A título de ilustração, veja o quadro abaixo, que trata das principais características, modalidades e dimensões da organização do trabalho no Brasil. Acompanhando a tabela feita por Graça Druck (2013), é possível ter mais clareza sobre os elementos que contribuem para o processo de precarização social do trabalho em nosso país:

Precarização social do trabalho no Brasil	
O primeiro tipo da precarização: Vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais	Mercantilização da força de trabalho, sem proteção social, sem os direitos trabalhistas garantidos pelo emprego formal, sem carteira assinada, não contribuem para a previdência social, alto nível de desigualdade e de discriminação no mercado de trabalho, especialmente em relação às mulheres, aos negros e aos jovens, segmentos mais precários de todos os trabalhadores.
Segundo tipo de precarização: Intensificação do trabalho e terceirização	O trabalho por imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência, sustentada na gestão pelo medo, na discriminação criada pela terceirização, que tem se propagado de forma epidêmica, e nas formas de abuso de poder, através do assédio moral, que tem sido amplamente denunciado e objeto de processos na Justiça do Trabalho e no Ministério Público do Trabalho.
Terceiro tipo de precarização: Insegurança e Saúde no trabalho	Condições de (in) segurança e saúde no trabalho – resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, as medidas preventivas coletivas, na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas. Há uma evolução do número de acidentes de trabalho no país, mesmo que reconhecidamente sejam estatísticas sub-registradas. A imposição da busca de excelência como ideologia da perfeição humana, que pressiona os trabalhadores ignorando seus limites e dificuldades, competitividade exacerbada, rapidez ou velocidade ilimitada.
Quarto tipo de precarização: Perda das identidades Individual e Coletiva	Tem suas raízes na condição de desempregado e na ameaça permanente da perda do emprego, que tem se constituído numa eficiente estratégia de dominação no âmbito do trabalho. O isolamento e a perda de enraizamento, de vínculos, de inserção, de uma perspectiva de identidade coletiva, resultantes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe, solapando-a pela brutal concorrência que se desencadeia entre os próprios trabalhadores. Perda das identidades individual e coletiva, fruto da desvalorização simbólica e real, que condena cada trabalhador a ser o único responsável por sua empregabilidade,
Quinto tipo de precarização: Fragilização da organização dos trabalhadores	Identificado nas dificuldades da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrentes da violenta concorrência entre eles próprios, da sua heterogeneidade e divisão, implicando uma pulverização dos sindicatos.
Sexto tipo de precarização: A condenação e o descarte do Direito do Trabalho	Questiona-se a sua tradição e existência, com ataque às formas de regulamentação do Estado, cujas leis trabalhistas e sociais têm sido violentamente condenadas pelos liberais em defesa da flexibilização, trazida pela modernidade dos tempos de globalização.

Fonte: Graça Druck (2013).



CAPÍTULO IV

POR QUE ESTUDAR HISTÓRIA?

Estudar história é muito importante porque nos ajuda a entender o que aconteceu no passado e como isso influencia o presente que vivemos. Quando aprendemos sobre a história, conseguimos ver como as coisas mudaram ao longo do tempo e como essas mudanças afetam a nossa vida hoje. Então é muito importante aprendermos a refletir sobre os acontecimentos do passado.

A história nos mostra, por meio de registros e interpretações críticas, como os trabalhadores e trabalhadoras já enfrentaram diversas lutas por melhores condições de trabalho. Durante a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e prolongada por todo o século XIX, as pessoas trabalhavam em fábricas por longas horas, recebiam baixos salários e não tinham proteção ou segurança. Com o tempo, os trabalhadores compreenderam que apenas por meio da luta conjunta poderiam conquistar direitos como uma jornada de trabalho mais justa, descanso semanal, salários adequados às suas necessidades diárias, férias, entre outros.

Estudar essas lutas do passado nos ajuda a entender a importância contínua de lutar por melhores condições de trabalho. Ao aprender sobre a história do trabalho, percebemos que a união dos(as) trabalhadores(as) ao longo do tempo possibilitou conquistas e mudanças significativas na organização do trabalho e nas condições de vida da classe trabalhadora. Portanto, aprender sobre a história não é apenas decorar acontecimentos, datas e nomes. É compreender de forma consciente que o passado pode nos ensinar muito sobre o presente e nos preparar para o futuro. Quando estudamos história de forma crítica, questionando e refletindo, conseguimos ir além do que foi contado e do que parece ser um acontecimento normal.

O estudo da história nos ajuda a entender melhor as condições de trabalho e a importância de lutar pelos nossos direitos. Esse processo contínuo de aprendizado nos permite refletir sobre nossa condição social e construir um futuro melhor. Aprender história é essencial para defendermos nossos direitos e exercer nossa cidadania de forma consciente, em um ambiente onde todos possam questionar, refletir e aprender com o passado.

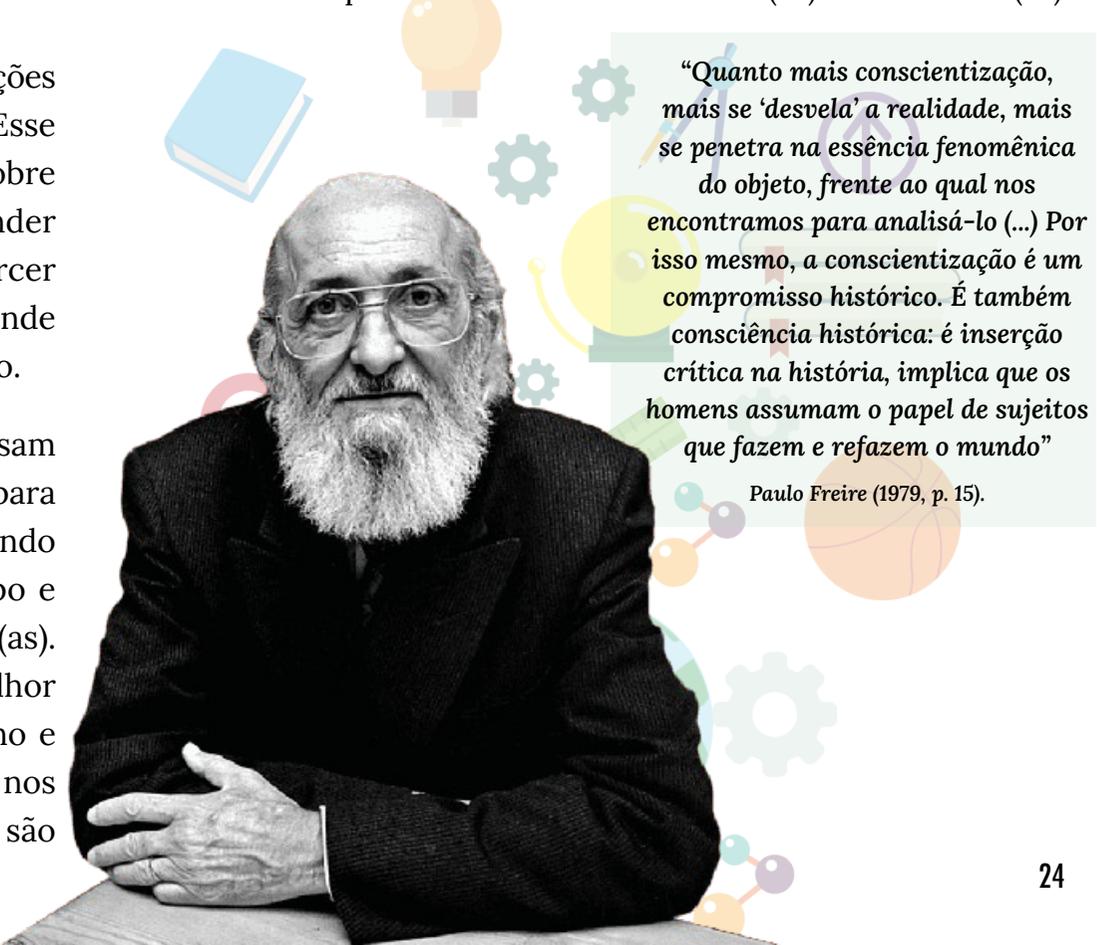
Por isso, é crucial criarmos um ambiente onde todos possam questionar, refletir e aprender com a história. Isso contribui para o desenvolvimento de uma consciência histórica, permitindo compreender como as coisas mudaram ao longo do tempo e como essas mudanças afetam a vida dos(as) trabalhadores(as). Ao estudarmos a história do trabalho, entendemos melhor como chegamos à situação atual das condições de trabalho e como podemos lutar por melhorias no futuro. A história nos dá exemplos de lutas passadas e nos ensina que mudanças são

Trabalho precarizado, não! Queremos consciência histórica no ensino de história

possíveis quando os(as) trabalhadores(as) se unem na defesa de suas leis e direitos trabalhistas.

4.1. A educação libertadora à serviço da conscientização

Precisamos aqui, caro leitor e leitora, fazer referência a Paulo Freire, educador, filósofo e patrono da educação brasileira. Nascido em 1921 em Recife, Pernambuco, e falecido em 1997, Freire deixou um grande legado para a educação: a pedagogia da libertação, em defesa da escola democrática e da troca de saberes e experiências entre educadores(as) e educandos(as).



“Quanto mais conscientização, mais se ‘desvela’ a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo (...) Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo”

Paulo Freire (1979, p. 15).

Freire foi um defensor do ensino associado à valorização da dignidade humana, ou seja, a humanização do ensino, com o objetivo de conscientizar alunos e alunas através de uma prática docente que valorize a autorreflexão no espaço e no tempo. Como sujeitos de um tempo histórico dinâmico, os educandos devem se tornar conscientes das relações sociais de produção, especialmente considerando que estas são construídas com o aprofundamento das diferenças entre humanos fragilizados e humanos privilegiados. Daí a importância de dar sentido e significado a um processo de ensino e aprendizagem voltado para a humanização.

Freire sempre se posicionou contrário à prática de uma educação não problematizada, ou seja, a educação baseada na narrativa de conteúdo sem valor real, onde alunos e alunas são sujeitos passivos de uma realidade pronta e intocável. Isso contribui para um processo de alienação e desumanização.

Freire defendia incansavelmente a construção do conhecimento por meio do diálogo, buscando uma prática pedagógica democrática. Ele acreditava em estimular reflexões a partir das experiências de vida dos(as) alunos(as), utilizando a realidade vivenciada no cotidiano de cada um e de cada uma para alimentar a problematização da prática do ensino. Assim, a prática do ensino de história, ao utilizar a realidade e a experiência de vida dos(as) alunos(as), possibilita um processo investigativo que contribui para a construção de uma consciência histórica crítica e reflexiva.

Daí decorre a atualidade da proposta freireana pela alfabetização

e pelo ensino como caminho para a conscientização, uma vez que a classe trabalhadora brasileira, historicamente, não foi conduzida a um processo educacional voltado para a formação e valorização da construção do saber. Pelo contrário, a educação das massas tinha e tem uma ação que legitima o controle social.

Portanto, na defesa da pedagogia da autonomia de Freire, acreditamos ser possível a prática do ensino de história que contribua para a formação de uma consciência histórica de classe crítica e reflexiva. Esse ensino de história deve despertar nosso interesse para um conhecimento histórico dinâmico, conectando as experiências vivenciadas no passado com a construção de um futuro justo e libertador.





CAPÍTULO V

PROPOSTA PEDAGÓGICA DIDÁTICA

Título: Consciência Histórica e de Classe: um exercício importante para compreendermos o porquê da precarização das relações de trabalho

Objetivos:

- Entender o conceito de consciência histórica e consciência de classe.
- Analisar a precarização do trabalho no contexto histórico e atual.
- Desenvolver uma visão crítica sobre as condições de trabalho e suas implicações sociais.





AULA 1



Introdução à Consciência Histórica:

1. Objetivo: Compreender o conceito de consciência histórica e sua importância.

2. Atividade de Abertura:

- Pergunta inicial: O que é história para vocês? Por que é importante estudarmos o passado?

Dialogar com o grupo de alunos compartilhando as respostas para uma reflexão crítica.

3. Desenvolvimento:

- Apresentação sobre o que é consciência histórica.
- Leitura e análise de fontes históricas. Procure utilizar trechos de depoimentos de trabalhadores(as) de diferentes épocas históricas, que retratam a sua relação de trabalho e de vida.
- Debate: Como a história das classes trabalhadoras mudou ao longo do tempo?

4. Atividade de Encerramento:

- Produção de um breve texto e/ou desenho que represente a importância da consciência histórica para a formação do pensamento crítico-reflexivo.



AULA 2



Introdução à Consciência de Classe

1. Objetivo: Entender o conceito de consciência de classe e sua relevância.

2. Atividade de Abertura:

- Exibição de um vídeo curto sobre a vida dos(as) trabalhadores(as) inseridos no modo de produção capitalista.
- Discussão: Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos(as) trabalhadores(as) no vídeo?

3. Desenvolvimento:

- Explicação de forma clara e objetiva da teoria marxista da luta de classes.
- Aproveitar o momento para apresentar Karl Marx como o pensador crítico do capitalismo e defensor de uma sociedade igualitária. Contrastar o pensamento de Marx com o de autores que pensaram a consciência de classe na América Latina e debatem, por exemplo, as questões étnico-raciais: José Carlos Mariátegui, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes.
- Discussão sobre a diferença entre classe dominante e classe dominada.
- Análise de casos reais de luta de classes, como, por exemplo: as greves históricas de lutas da classe trabalhadora no mundo e no Brasil.

4. Atividade de Encerramento:

- Em grupos, distribuindo tarefas, propor a elaboração de um mural que explique a consciência de classe e a luta dos(as) trabalhadores(as) em defesa dos seus direitos trabalhistas.

AULA 3

Trabalho Precarizado

1. Objetivo: Analisar o fenômeno do trabalho precarizado e suas implicações.

2. Atividade de Abertura:

- O que é trabalho precarizado? Vocês conhecem exemplos?
- Discussão compartilhada das respostas.

3. Desenvolvimento:

- Apresentação sobre trabalho precarizado: definição, causas e consequências.
- Estudo de casos atuais de trabalho precarizado – os aplicativos de entrega (a uberização do trabalho).
- Em discussão: Como a precarização do trabalho afeta a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras e de suas famílias?

4. Atividade de Encerramento:

- Em dupla elaborar uma carta ao Presidente do Congresso Brasileiro solicitando uma contrarreforma na legislação trabalhista para a melhoria das condições de trabalho no Brasil.

AULA 4

Interligando os conceitos

Consciência Histórica, Consciência de Classe e Trabalho Precarizado

1. Objetivo: Conectar os conceitos estudados e aplicar na realidade atual.

2. Atividade de Abertura:

- Revisão dos conceitos de consciência histórica, consciência de classe e trabalho precarizado.
- Dinâmica de grupo: construção de um mapa conceitual interligando os temas estudados.

3. Desenvolvimento:

- Discussão sobre como a consciência histórica e a consciência de classe ajudam a entender o trabalho precarizado.
- Analisar as notícias recentes sobre o mercado de trabalho – selecionando notícias veiculadas sobre o tema a partir de 2017 até a presente data.

4. Atividade de Encerramento:

- Em grupos, preparar uma apresentação sobre a importância da consciência histórica e a consciência de classe na luta por melhores condições de trabalho.

Avaliação:

- Participação nas discussões e atividades em grupo.
- Qualidade dos textos e murais produzidos.
- Apresentações finais e capacidade de conectar os conceitos estudados à realidade vivenciada.

Recursos Didáticos:

- Vídeos curtos e documentários.
- Textos históricos e atuais.
- Material para produção de cartazes (papel, canetas, etc.).
- *Datashow*, *Chromebooks* e *notebook* para apresentações.

Dicas Adicionais:

- Sempre contextualize os conceitos com exemplos do dia a dia dos/das alunos(as).
- Incentive a participação ativa e a troca de experiências entre os(as) alunos(as).
- Adapte as atividades conforme o nível de compreensão e interesse da turma.

Essa sequência didática visa não apenas transmitir conhecimentos teóricos, mas também fomentar a reflexão crítica e a participação ativa dos(as) alunos(as) na construção de seu entendimento sobre a história e as condições de trabalho.

Trabalho precarizado, não! Queremos consciência histórica no ensino de história



Oficina de História



PRIMEIRA ATIVIDADE

Criar um mural sobre o tema estudado

Objetivo: Elaborar um mural retratando a experiência de aprendizagem dos e das alunas/os a partir dos conceitos estudados.

Desenvolvimento

1ª etapa: Divisão dos grupos de trabalho e distribuição de tarefas;

2ª etapa: Reunir os grupos para o debate sobre a compreensão dos conceitos apresentados;

3ª etapa: Em grupo discussão para a proposta de apresentação do mural;

4ª etapa: Revisão com a supervisão do(a) professor(a) das disciplinas: História, Português e Arte;

5ª etapa: Confeção do mural no espaço escolar;

6ª etapa: Proposta do debate interdisciplinar do olhar sobre o mural com as turmas do turno;

7ª etapa: Após exposição e processo avaliativo, publicação comentada no *Instagram* da escola.



SEGUNDA ATIVIDADE

Produção de texto – exercício crítico-reflexivo

Elabore um texto crítico e argumentativo a partir das três manchetes que circularam na internet, em sites e nas redes sociais; verdade ou não, vamos refletir:

- Venham, o emprego vai aumentar: patrões trocam contrato de trabalho por contrato de precarização das relações de trabalho.
- Trabalhadores(as) de uma empresa de serviços de limpeza fazem greve pelo fim da estabilidade do emprego.
- Vamos aprender a história, para cultivarmos a consciência histórica. Pode isso, não pode? Perguntou um político.

ORIENTAÇÕES

1. Seu texto deve, necessariamente, apoiar-se na leitura e no diálogo do conteúdo estudado;
2. Evite mera colagem ou reprodução, seja criativo(a);
3. Crie um título para o seu texto.

TERCEIRA ATIVIDADE

Vamos refletir a partir do conteúdo estudado, inspirados(as) nos primeiros versos da letra da música “Cidadão”, composta pelo baiano Lúcio Barbosa em 1970 e interpretada brilhantemente por Zé Ramalho desde 1979.

1	2	3	4	5	6
Tá vendo aquele edifício, moço? Ajudei a levantar Foi um tempo de aflição Era quatro condução Duas pra ir, duas pra voltar	Hoje depois dele pronto Olho pra cima e fico tonto Mas me vem um cidadão E me diz, desconfiado Tu tá aí admirado Ou tá querendo roubar?	Meu domingo tá perdido Vou pra casa entristecido Dá vontade de beber E pra aumentar o meu tédio Eu nem posso olhar pro prédio Que eu ajudei a fazer	Tá vendo aquele colégio, moço? Eu também trabalhei lá Lá eu quase me arrebento Fiz a massa, pus cimento Ajudei a rebocar	Minha filha inocente Vem pra mim toda contente Pai, vou me matricular Mas me diz um cidadão Criança de pé no chão Aqui não pode estudar	Essa dor doeu mais forte Por que é que eu deixei o norte? Eu me pus a me dizer Lá a seca castigava Mas o pouco que eu plantava Tinha direito a comer...

Fonte: <https://www.letras.mus.br/ze-ramalho/75861/> Acesso em 16/11/2022.

Orientações: Os versos foram divididos em 6 (seis) colunas, para contribuir na elaboração de sua reflexão.

1ª tarefa: relacione as duas primeiras colunas com a terceira respondendo de forma crítica a situação vivenciada pelo trabalhador.

2ª tarefa: que mensagem podemos extrair da quarta e quinta colunas com relação ao acesso à educação para os(as) filhos(as) dos(as) trabalhadores(as) que vivenciam a precarização das relações de trabalho?

3ª tarefa: na sexta coluna há uma reflexão contextualizada do trabalhador? A partir da leitura realizada do conteúdo estudado, elabore um texto com argumentos crítico-reflexivos, que apontem para a mudança de visão do trabalhador.





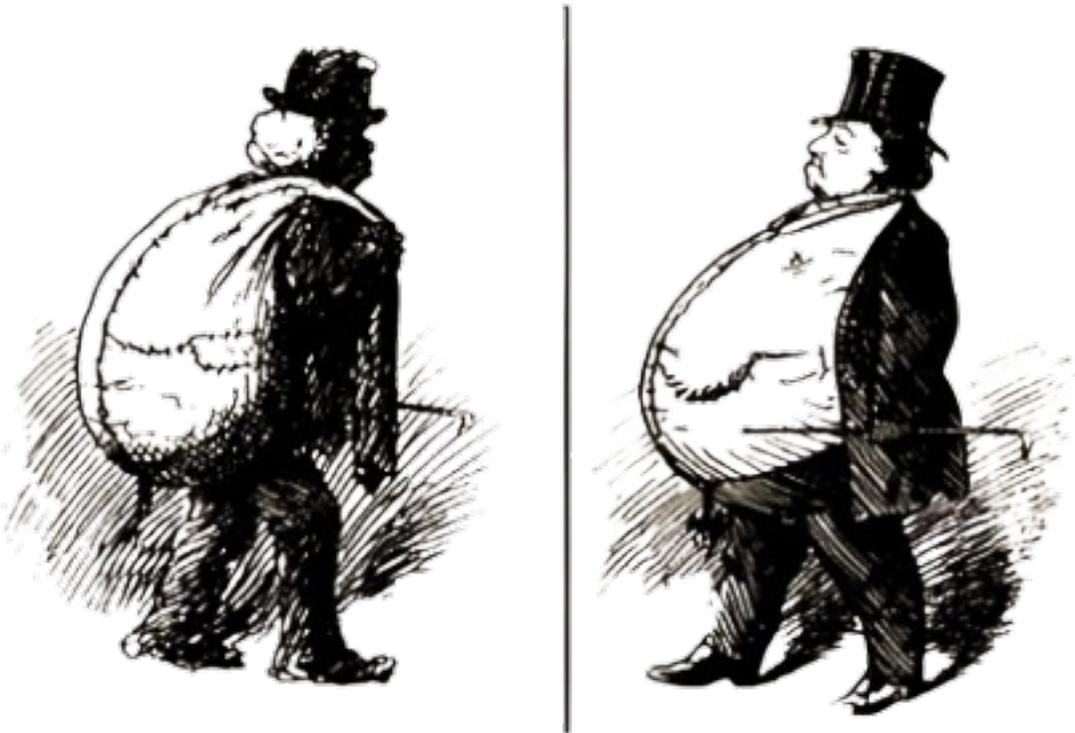
Considerações finais

Os atos de conhecer e aprender nos ajudam na caminhada para a plena cidadania. Pensando assim, esperamos que a leitura tenha contribuído para um exercício de reflexão e que possa servir para a compreensão da realidade em que vivemos. É fundamental saber e compreender a organização social na qual estamos inseridos, com um olhar atento para os direitos e deveres de cada cidadão e cidadã.

Nosso desejo, portanto, foi o de oferecer uma singela contribuição para que o ensino de história faça sentido e se torne uma forma de orientar a vida de indivíduos e coletividades. Formar uma consciência histórica que nos possibilite refletir de forma crítica sobre a nossa realidade é um caminho para que a educação e o mundo das relações humanas como um todo se tornem mais libertadores, emancipadores e solidários.

Esperamos que este produto educacional (E-book), fruto de nossa pesquisa, contribua para a prática de uma ação pedagógica no ensino da disciplina de história, reafirmando a importância da consciência histórica de classe como condição essencial para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, enriquecemos a prática curricular da disciplina de história, orientada na experiência e no diálogo entre o saber prático e

A diferença entre trabalho e capital



o saber teórico, para a construção de novos conhecimentos e a transformação da realidade.

Referências

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y Dependencia**. México D.F: Ediciones Era, 1978.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 55-73.

FABRICIO, Maciel, A generalização da precariedade: trabalho e classes no capitalismo contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 3, p. 755-777, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro à Sociedade de Classes**. PUsp/Fflch: São Paulo, 1964.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MARIÁTEGUI, J. C. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Lima: Editorial Minerva, 1928.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México D.F: Ediciones Era, 1973.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: UFPR, 2010, p. 23-40.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa a consciência moral. In: SCHMIDT, Maria; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: UFPR, 2010, p. 51-77.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: UFPR, 2015.

SCHMIDT, Mário Furley. **Nova História Crítica**. Nova geração: São Paulo, 1999.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.